

**PETIÇÃO 15.198 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : MIN. DIAS TOFFOLI  
**REQTE.(S)** : SOB SIGILO  
**PROC.(A/S)(ES)** : SOB SIGILO  
**AUT. POL.** : SOB SIGILO

**DECISÃO:**

Vistos.

Cuida-se de pedido de busca pessoal e prisão temporária de \_\_\_\_\_ e de busca pessoal em \_\_\_\_\_, ambos alvos de pedidos anteriores de medidas cautelares ainda não cumpridas pela autoridade policial.

Note-se que essas medidas cautelares foram requeridas, com envio da documentação pertinente, no dia 06.01.2026, e deferidas na data de 07.01.2026, com ordem subsequente para cumprimento no prazo de 24 horas a partir de 12.01.2026, diante da gravidade dos fatos e necessidade de aprofundamento da investigação, com fartos indícios de práticas criminosas de todos os envolvidos.

Causa espécie a esse Relator não só o descumprimento do prazo por mim estabelecido para cumprimento das medidas cautelares ordenadas, posto que resta claro que outros envolvidos podem estar descaraterizando as provas essenciais ao deslinde da causa, como a falta de empenho no cumprimento da ordem judicial para a qual a Polícia Federal teve vários dias para planejamento e preparação, o que poderá resultar em prejuízo e ineficácia das providências ordenadas.

Destaco, ainda, que a autoridade policial apenas representou por novas providências urgentes por meio da **Pet. 2475/2026 - protocolada nesta data (13.01.2026) às 19:13 horas**, nos seguintes termos:

*“A POLÍCIA FEDERAL, por meio do Delegado de Polícia Federal subscritor, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 144, §1º, IV, da CRFB/1988 e na Lei n. 12.830/2013, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor e requerer o que se segue.*

*Em monitoramento aos investigados, cujas diligências foram formalizadas na Informação de Polícia Judiciária nº 14/2026UADIP/DELECOR/DRPJ/SR/PF/SP, verificou-se que \_\_\_\_\_ (CPF----) possui passagem aérea internacional com destino a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, marcada para a madrugada do dia 14.1.2026, poucas horas antes do cumprimento das medidas judiciais determinadas na presente cautelar (00:50 hrs).*

*Com efeito, tal fato poderia inviabilizar o cumprimento da medida determinada por V. Exa., além de frustrar a finalidade da cautelar probatória.*

*No entanto, o embarque do investigado constitui oportunidade única a propiciar a obtenção de elementos que corroborem, ainda mais, sua participação nos delitos investigados, além da materialidade de outros delitos sobre os quais sobre ele já recaem suspeitas de autoria.*

*Nesse contexto, requer-se seja expedido mandado judicial que autorize a realização de busca pessoal sobre \_\_\_\_\_ (CPF: ----) e seus pertences, no local em que ele seja encontrado (o que provavelmente se dará quando do seu embarque no aeroporto internacional de Guarulhos/SP), a fim de descobrir objetos necessários à prova de infração penal, colher elementos de informação e demais objetos mencionados nas letras b a f e letra h do §1º do art. 240 do CPP.*

*Assim, nos termos do art. 240, §§1º e 2º, do CPP, requer-se a expedição de mandado judicial que autorize a realização de busca pessoal em \_\_\_\_\_ (CPF: ----) e em seus pertences (inclusive bagagens despachadas), de forma a possibilitar a apreensão de objetos de interesse da investigação, especialmente seu aparelho de telefone celular e demais dispositivos eletrônicos.*

*Ainda, é certo que a antecipação do cumprimento de um dos mandados judiciais determinados poderá causar prejuízo à eficiência das demais diligências, haja vista o risco de \_\_\_\_\_ (CPF: ----) entrar em contato com os demais investigados, principalmente ao se ter em vista que o núcleo criminoso é composto por familiares próximos a ele.*

*Como demonstrado, a prática criminosa do investigado envolve diversos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, sendo certo que*

*nos termos da alínea o do inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/1989 é cabível a prisão temporária em relação a tais delitos.*

*Desse modo, com fulcro nos fundamentos já expostos e com a finalidade de preservar a efetividade das demais medidas determinadas, pugna-se pela decretação da prisão temporária em desfavor do \_\_\_\_\_ (CPF: 02----), por se tratar de medida imprescindível para as investigações desenvolvidas, tendo em vista que a liberdade do investigado poderá prejudicar a coleta da prova, especialmente as demais diligências determinadas por V. Exa.*

*É importante ressaltar que se requer a prisão temporária pelo prazo mínimo de um dia, porquanto tão logo efetivadas as demais medidas ostensivas de cumprimento dos mandados judiciais poderá ser determinada a liberdade do investigado (a partir das 6 horas do dia 14.1.2026).*

*Não obstante, de forma concomitante ao pedido de prisão formulado também é imperioso o estabelecimento da medida cautelar de proibição de sair do país, de forma a possibilitar que o investigado permaneça no Brasil até o fim das investigações, onde poderá ser encontrado para responder por seus atos, devendo ser registrado que, caso contrário, poderá ser frustrada a aplicação da lei penal.*

*Lado outro, também consta da Informação de Polícia Judiciária nº 14/2026-UADIP/DELECOR/DRPJ/SR/PF/SP que o investigado*

*(CPF:*

*----) possui passagem aérea agendada para a manhã do dia 14.1.2026 (dia do cumprimento das medidas), às 7:30 hrs, com destino a Curitiba/PR.*

*Nesse sentido, tendo em vista a proximidade do horário do voo com o do cumprimento das medidas, além do necessário período de deslocamento para o aeroporto e chegada com antecedência para o voo, é possível que o investigado deixe sua residência antes do horário permitido de ingresso na residência pela equipe policial.*

*Portanto, requer-se seja expedido mandado judicial que autorize a realização de busca pessoal sobre NELSON SEQUEIROS RODRIGUEZ ANURE (CPF: ----) e seus pertences, no local em que ele seja encontrado (o que provavelmente se dará quando do seu embarque no aeroporto internacional do Rio de Janeiro/RJ), a fim de descobrir*

*objetos necessários à prova de infração penal, colher elementos de informação e demais objetos mencionados nas letras b a f e letra h do §1º do art. 240 do CPP.*

#### DOS PEDIDOS

*Dante do exposto, requer-se, com fulcro no art. 240, §§1º e 2º, do CPP, a expedição de mandados judiciais que autorizem a realização de busca pessoal em desfavor de \_\_\_\_\_ (CPF: ---) e \_\_\_\_\_ (CPF: ----), nos moldes acima requeridos.*

*Requer-se, ainda, a decretação da prisão temporária de \_\_\_\_\_ (CPF: ----), por se tratar de medida imprescindível para as investigações desenvolvidas, tendo em vista que a liberdade do investigado poderá prejudicar a coleta da prova, especialmente as demais diligências determinadas por V. Exa., consignando-se sua duração pelo prazo mínimo de um dia, sendo certo que tão logo efetivadas as demais medidas ostensivas de cumprimento dos mandados judiciais poderá ser determinada a liberdade do investigado (a partir das 6 horas do dia 14.1.2026).*

*Por fim, requer-se a decretação da proibição de deixar o país do investigado \_\_\_\_\_ (CPF: ----)." (e-doc nº 74).*

O Procurador-Geral da República, devidamente cientificado do presente pedido, manifestou-se favoravelmente às pretensões por meio da Pet. 2495/2026, protocolada às 20:49 horas (e-doc nº 83).

#### **É o relatório. Fundamento e decidio.**

Bem examinados os autos, destaco que a prisão neste momento e diante da descrição realizada pela autoridade policial é imprescindível para as investigações, observados os elementos concretos trazidos e a urgência descrita na representação policial endossada pelo Procurador-Geral da República.

Com efeito, ao examinar as ADI's 3.360/DF e 4.109/DF, esta Suprema Corte, deu interpretação conforme à Constituição Federal ao art. 1º da Lei 7.960/1989, estabelecendo as seguintes premissas, cumulativas, quanto possibilidade de decretação de prisão temporária:

- a) deve ser, com base em fatos concretos, indispensável para as investigações inquisitoriais (art. 1º, I, Lei 7.960/1989), vedada (i) a sua utilização como prisão para averiguações e (ii) quando fundada no mero fato de o representado não possuir residência fixa (art. 1º, II, Lei 7.960/1989);
- b) deve estar fundamentada em razões concretas que indiquem a autoria ou a participação do investigado nos crimes a que se refere o art. 1º, III, da Lei 7.960/1989, vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto no dispositivo;
- c) deve estar justificadas em fatos novos ou contemporâneos nos termos do art. 312, § 2º, do Código de Processo Penal;
- d) deve ser adequada à gravidade do delito (art. 282, II, CPP) e quando forem insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (art. 282, § 6º, CPP).

No presente caso, como visto, a autoridade policial e o Procurador Geral da República, afirmam, com fundamento nos elementos concretos, (i) a imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações no inquérito policial, (ii) a presença de fundadas razões de autoria de delito previsto no art. 1º, III, da Lei 7.960/1989, (iii) bem assim a presença de contemporaneidade da medida; e (iv) a insuficiência momentânea das medidas cautelares diversas da prisão previstas nos arts. 319 e 320 do CPP.

Assim, estão atendidos os requisitos para a decretação da prisão temporária do investigado \_\_\_\_\_, porquanto assentadas nas premissas dos paradigmas estabelecidos por esta Suprema Corte.

Ressalto, ainda, que está justificada em fatos contemporâneos e mostra-se adequada à gravidade concreta dos crimes investigados, às circunstâncias do fato e às condições pessoais referidas nos autos, sendo suficiente a brevidade da medida e subsequente imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal.

Observo, ainda, que eventual frustração do cumprimento das medidas requeridas decorre de inércia exclusiva da **POLÍCIA FEDERAL**, inclusive diante de **INOBSERVÂNCIA EXPRESSA E DELIBERADA DE**

**DECISÃO POR MIM PROFERIDA NA DATA DE 12.01.2026, QUE DETERMINOU A DEFLAGRAÇÃO DA PRESENTE FASE NO PRAZO DE 24 HORAS** (e-doc. nº 56, assinado às 14:52 horas e juntado aos autos às 15:15 horas), e que eventual prejuízo às demais medidas em decorrência do presente pedido são de inteira responsabilidade da autoridade policial.

Nessa conformidade, visando assegurar a eficácia no cumprimento das medidas por mim anteriormente deferidas, **DEFIRO** as seguintes providências cautelares:

1. A realização de **BUSCA PESSOAL** sobre **FABIANO**

**CAMPOS ZETTEL** (CPF: ----) e seus pertences, no local em que ele seja encontrado (o que provavelmente se dará quando do seu embarque no aeroporto internacional de Guarulhos/SP na noite de 13.01.2026), a fim de descobrir objetos necessários à prova de infração penal, colher elementos de informação e demais objetos mencionados nas letras b a f e letra h do §1º do art. 240 do CPP, com eventual APREENSÃO de material relacionado e útil à investigação;

2. A realização de **BUSCA PESSOAL** em **FABIANO**

**CAMPOS ZETTEL** (CPF: ----) e em seus pertences (inclusive bagagens despachadas), de forma a possibilitar a APREENSÃO de objetos de interesse da investigação, especialmente seu aparelho de telefone celular e demais dispositivos eletrônicos e valores monetários eventualmente portados;

3. A decretação da **PRISÃO TEMPORÁRIA** em desfavor do \_\_\_\_\_ (CPF: ----), até às 07:00 horas de 14.01.2026, por se tratar de medida imprescindível para as investigações desenvolvidas, tendo em vista que a liberdade do investigado poderá prejudicar a coleta da prova, especialmente as demais diligências determinadas, c bem como a imposição de **MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO**, consistente na apreensão de seu(s) passaporte(s) e na proibição em sair

do país, de forma a possibilitar que o investigado permaneça no Brasil até o fim das investigações; e

4. A realização de BUSCA PESSOAL sobre \_\_\_\_\_ (CPF: ----) e seus pertences, no local em que ele seja encontrado (o que provavelmente se dará quando do seu embarque no aeroporto internacional do Rio de Janeiro/RJ na manhã de 14.01.2026), a fim de descobrir objetos necessários à prova de infração penal, colher elementos de informação e demais objetos mencionados nas letras b a f e letra h do §1º do art. 240 do CPP, com eventual APREENSÃO de material relacionado e útil à investigação.

**DETERMINO** que todos os bens e materiais **APREENDIDOS** por força do cumprimento da decisão por mim anteriormente proferidas e aqueles resultantes do cumprimento da presente, deverão ser **LACRADOS** e **ACAUTELADOS** diretamente na sede do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, até ulterior determinação.

**DETERMINO**, ainda, que o **DIRETOR-GERAL** do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**, no prazo subsequente de 24 horas, informe a esta Corte a razão do descumprimento da ordem por mim anteriormente exarada para cumprimento das medidas em prazo legal estabelecido.

Cumpra-se, servindo a presente de mandado, com oportuna expedição dos documentos correspondentes.

**Determino a publicação desta decisão a partir das 12:00 horas do dia 14.01.2026.**

Brasília, 13 de janeiro de 2026.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

*Documento assinado digitalmente*